

Eleito como presidente da Adua para o biênio 2012-2014, o professor José Belizario ressalta a continuidade de atividades da gestão anterior e das mobilizações em prol de melhorias para a categoria. **Página 9.**



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN



SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filado em
Contútas

Privatização

Comunidade acadêmica rejeita Ebserh no HUGV

Professores, estudantes e técnicos administrativos da Ufam protestam contra implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no Hospital Universitário Getúlio Vargas. **Pág. 3**

Comemoração



Há motivos para festejar o Dia dos Professores?

Docentes comentam as "dores e delícias" de ser um educador numa universidade pública. No dia 15, professor Osvaldo Coelho foi o homenageado. **Pág. 5**



Professores em alerta com projetos que ameaçam a categoria

Aprofundamento da desestruturação da carreira, criação de um instituto para supervisionar a Educação Superior e inibição da atividade de greve no funcionalismo público são algumas das consequências, caso Projetos de Lei (PL), em andamento, sejam aprovados. A categoria precisa estar atenta para defender seus direitos. **Pág. 6 e 7.**

Editorial

A greve dos professores federais de 2012 (que durou quatro meses e está suspensa) foi um momento propício para se refletir as condições precárias de trabalho: falta de laboratórios, salas de aula, restaurantes universitários, bibliotecas, etc.; e um plano de carreira que valorize professores e técnicos. O movimento paradedista contribuiu para a mobilização da categoria docente, fortalecendo as entidades sindicais e incentivando os professores a participar mais efetivamente dos debates políticos, na perspectiva do atendimento às reivindicações, entre elas: o ensino público, gratuito e de qualidade.

Mesmo assim, o governo federal continua com suas medidas inconstitucionais, entre elas: o Projeto de Lei (PL) nº 4.368/2012 (enviado ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto deste ano), que aprofunda a precarização da carreira docente e da universidade pública brasileira; a criação de um Grupo de Trabalho para avaliação das Instituições Federais de Ensino (Ifes), a partir do PL 4.372/2012; a privatização dos Hospitais Universitários, a partir da Lei nº 12.550, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2011, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma estatal de caráter privado, vinculada ao Ministério da Educação (Mec). Além disso, está em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei Suplementar 710/2011, de autoria do tucano Aloysio Nunes, com o objetivo de regulamentar a “Lei de Greve” no serviço público, com outras inconstitucionalidades como, por exemplo, a manutenção de 50% a 80% do quadro de servidores trabalhando.

Apesar de tantos atos antissindicais, a categoria docente continua mobilizada de maneira firme e organizada. O momento atual da Ufam exige de nós muita atenção com todas essas medidas governamentais e de modo especial com o nosso HUGV, cuja privatização ou não, depende de uma votação do Consuni. A categoria precisa estar unida para que seus direitos constitucionais sejam mantidos. É muito importante a participação de todos os professores nas atividades convocadas pela Adua, pois só conquistaremos nossos direitos se lutarmos juntos. Cada docente é muito importante para a luta, pois temos muito mais vigor com o somatório das nossas forças para transformar a realidade.

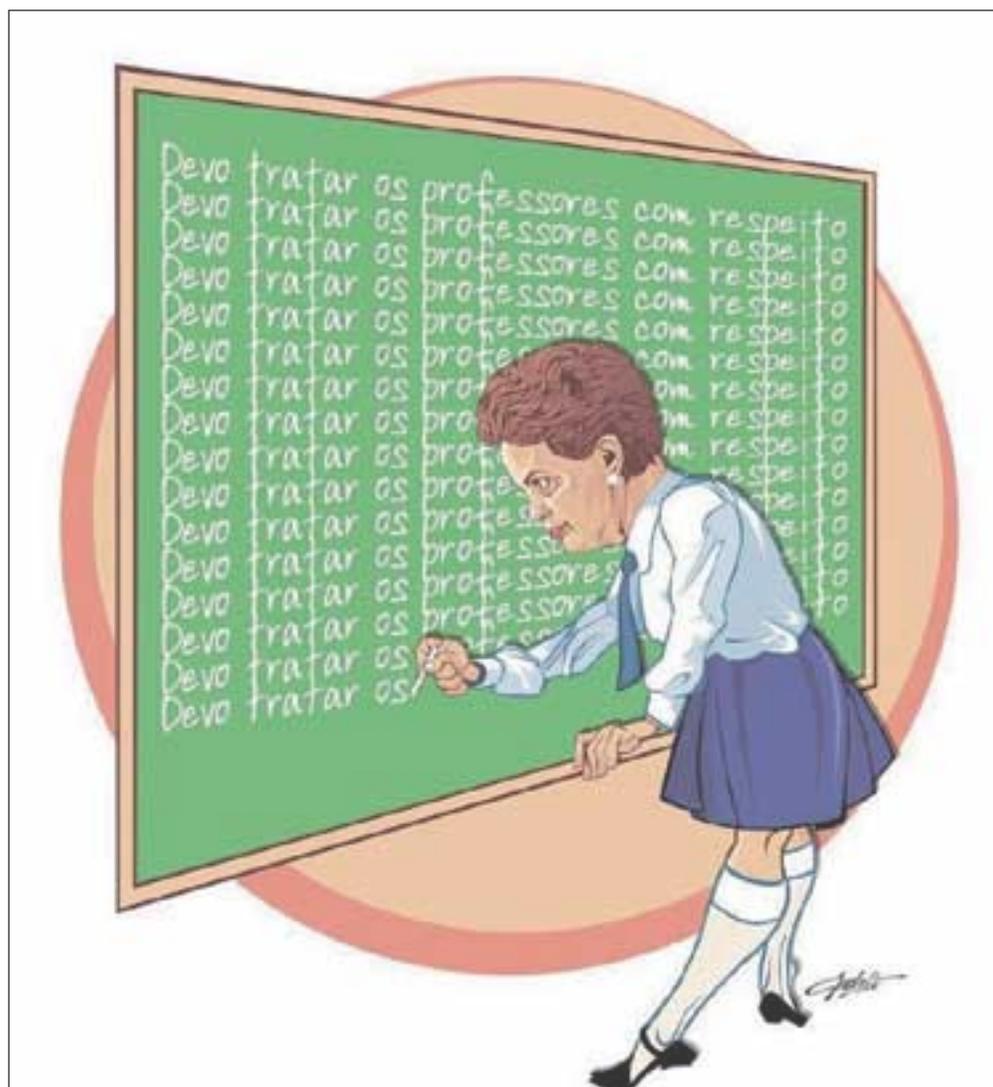
Conclamamos a categoria docente da Ufam a se unir à Comissão Local de Mobilização (o que constitui a direção ampliada da Adua) para que estejamos ainda mais fortalecidos e tenhamos a conquista dos nossos direitos de forma efetiva. Só chegaremos à vitória se estivermos juntos na luta em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, princípios tão defendidos pelo nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Não podemos nos esquecer de que: A ADUA SOMOS TODOS NÓS.

Notas

Especialização paga

Contrária aos preceitos básicos de universidade pública e gratuita, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) continua a oferecer cursos pagos em suas dependências, atividade condenada pela Associação dos Docentes da Ufam (Adua). Com matrícula no valor de R\$ 100 e mais 18 parcelas de R\$ 350, a instituição abriu o curso de Especialização Lato Sensu em Contabilidade e Finanças Públicas da Faculdade de Estudos Sociais (FES). A “venda” do curso é anunciada no site oficial da universidade, tendo como público-alvo os profissionais com formação em Ciências Contábeis, Administração, Economia, Direito ou áreas Afins e dirigentes empresariais com curso superior. Segundo informações da página, o curso será “subsidiado pela Ufam e pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (Unisol)”.

charge



Os substitutos

Outro fato condenado pela categoria é a permanência em longo prazo, na universidade, de professores contratados como “substitutos” e “temporários”. Com prazo de inscrição vencido no último dia 3 de outubro, a Fundação Universidade do Amazonas (FUA) abriu edital para docentes substitutos para as unidades acadêmicas do Campus Arthur Virgílio Filho (Manaus), Campus do Polo do Alto Solimões (Benjamin Constant) e Campus do Polo Vale do Rio Madeira (Humaitá). Isso expõe a precariedade da Ufam no que diz respeito ao quadro de professores: a sobrecarga de trabalho, que leva professores a adoecer, e o adiamento da solução definitiva do problema com a abertura de concurso público para contratação de novos docentes. Condições dignas de trabalho para os professores foram, inclusive,

uma das reivindicações da greve realizada neste ano pela categoria e que está suspensa.

Desmatamento

A Justiça Federal no Amazonas condenou o sócio e responsável técnico pela Construtora Ponctual Corporation, contratada para construir o Centro de Convivência do setor norte do Campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A acusação é de desmatamento, em 2009, de 8.803 metros quadrados de floresta nativa, situada em terras de domínio público, sem autorização legal do órgão ambiental competente. No contrato, firmado entre a Ufam e a construtora, ficou estabelecida a responsabilidade da contratada em obter os registros, licenças e autorizações necessárias à execução da obra, o que não ocorreu. Conforme a decisão judicial, mesmo alegando ter sido informado pela Prefeitura do Campus de que a universidade possuía todos os documentos necessários para a obra, o responsável estava ciente da necessidade de obter a licença para desmatar a área onde o prédio foi construído. A decisão ainda cabe recurso.

Investimento baixo

Em um grupo de 29 países, o Brasil ocupa o 23º lugar de investimentos no ensino superior, segundo pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada, em Paris, na França. O estudo mostra que foi investido em média 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nessa etapa de ensino. Segundo os dados, os investimentos brasileiros no ensino em geral atingiram 5,55% do PIB, enquanto a meta para os países da OCDE é 6,23%. De 2000 a 2009, os investimentos em Educação Superior registraram redução de 2%. A organização alerta que mais investimentos em educação geram oportunidades de emprego no mercado de trabalho. Lideram o ranking de países que mais investem em educação: Austrália, Finlândia, Irlanda e Suécia.

Fale conosco

www.adua.org.br
www.facebook.com/aduass
www.twitter.com/aduass



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: José Belizário (presidente), Antonieta do Lago Vieira (1º vice-presidente), Rafael Bellan de Souza (2º vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2º secretária), Raimundo Nonato Pinheiro (1º tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino de Oliveira (2º tesoureira).
Jornalista responsável: Daisy Melo (SRTE-AM 219).
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Daisy Melo (SRTE-AM 219), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Andes-SN.
Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira e Arquivo/Adua.
Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com
Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Comunidade acadêmica é contra Ebserh assumir gestão do HUGV

Foto: Lídia Ferreira

Professores, estudantes e técnicos da Ufam realizaram manifestações ao longo do mês e planejam novas atividades para expor a posição contrária ao processo de privatização do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Criada pelo Governo Federal, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) já tirou de 12 universidades federais o comando de seus hospitais.

Primeira atividade da nova diretoria da Adua, uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 3 de outubro, na Faculdade de Medicina, com objetivo de alertar a sociedade sobre a privatização do HUGV. O evento contou com a presença de representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), do presidente do Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam), Mário Viana, e de estudantes.

O presidente da Adua, José Belizario, ressaltou que a Ebserh vai acabar com a autonomia da Ufam no HUGV e com o caráter de serviço público do hospital. “Qualquer decisão sobre o Getúlio Vargas ficará na mão de quem administrar a Ebserh, isso vai desde os contratos de funcionários, passando pela gestão de recursos chegando até mesmo à permissão ou não de estudantes de Medicina dentro da unidade, bem como para a realização de pesquisas”, alertou.

Belizario lembrou ainda que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) é contra a Ebserh. Em setembro, a entidade publicou a segunda moção de repúdio contra a nova administração. “Na nota, o conselho usa, inclusive, o termo ‘terceirização’ que será trazida com a Ebserh”, reforçou.

Aprovada por unanimidade, a moção critica a empresa por considerar várias razões pela não adesão, entre elas a precarização, que será resultado do processo de terceirização. “É um mal para o serviço público, por se constituir, na maioria das vezes, em um canal de corrupção, de clientelismo, de nepotismo, de baixa qualidade nos serviços públicos prestados à população”, diz o texto.

Para o presidente do Simeam, o novo sistema foi classificado como uma “jogada empresarial”, pois vai atrair empresários da área médica para os HUs. “Esse é o segundo maior mercado de trabalho do mundo, faz circular R\$ 80 bilhões por ano no Brasil. Com a privatização, esses empresários terão um amplo mercado para explorar”.

O dirigente sindical ressaltou ainda que a Ebserh vai acabar com um campo de trabalho estável para o trabalhador da saúde. “Como esse profissional vai se comprometer a realizar projetos de longa duração para hospitais, como pesquisas, sabendo que pode ser demitido, pois seu contrato é no regime da Consolidação das Leis do Trabalho?”, indagou. “Se entrar a Ebserh, esse trabalhador não terá

garantia trabalhista, pois os contratos serão temporários por dois anos e prorrogáveis por mais dois, isso é a precarização do HUGV”, completou.

A coordenadora de Comunicação e Formação Sindical do Sintesam, Crizolda Assis, lembrou que, desde 1980, a Ufam não realiza concurso público para o HUGV. “Temos um déficit de 400 servidores que hoje trabalham em regime temporário. Além disso, dos 600 concursados que o hospital tem, metade já está prestes a se aposentar”.

A implantação ou não da Ebserh no HUGV será definida na reunião do Conselho Universitário (Consuni), que será realizada às 8h30, do dia 31 de outubro, no Plenário Abraham Moysés Cohen, no bloco da Administração da Faculdade de Direito.

Eventos

No dia 10, o CNS aprovou duas resoluções contrárias à Ebserh. As resoluções foram sugeridas pela Rente Nacional Contra a Privatização da Saúde (Fentas) e contaram com o apoio do Andes-SN. A primeira recomenda aos ministros da Saúde e da Educação que revoguem a Lei 12.550/11, que criou a Ebserh. Também indica que os dois ministérios firmem convênios com as universidades. A outra delibera que o Ministério da Saúde garanta o financiamento dos HUs que não aderirem à Ebserh.

Na Mesa Redonda “Saúde Pública, Universidade e Ebserh: questões políticas e legais”, realizada no dia 25, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Felipe Augusto de Barros, e a Defensora Pública Federal, Marília Silva de Lima, analisaram os artigos da legislação e destacaram alguns, que, na opinião deles, podem ser objetos de futuras contestações judiciais.

Um dos pontos levantados foi o parágrafo 3º do artigo 3º da lei, que assegura à Ebserh o ressarcimento das despesas com o atendimento de usuários de planos de saúde privados. O artigo 5º também foi questionado. “Esse é um dos mais gritantes da lei, pois dispensa a licitação para contratação [da Ebserh]. Não podemos dizer que é inconstitucional, mas é um ponto preocupante”, afirmou Lima.

Segundo o procurador, outro ponto relevante é a questão da autonomia universitária. “Formalmente, ela foi respeitada, mas do ponto de vista político não é impossível que aquelas que não aderirem sofram pressões. Do lado jurídico, a lei prevê que a universidade que aderir assine um contrato, mas as atribuições de uma universidade não podem ser delegadas por um contrato, pois um Hospital Universitário é acima de tudo uma instituição de ensino que presta serviços de saúde, que deve ficar por conta das universidades, que zelam pela educação de qualidade, esse é um dever que elas não podem abrir mão”, disse.



Prédio do HUGV apresenta uma série de problemas infraestruturais

10 motivos para não privatizar os Hospitais Universitários

SEM A EBSERH

1. A universidade e os serviços públicos de saúde têm autonomia.
2. Os serviços de saúde nos HU estão sob o controle social do SUS.
3. O objetivo é servir bem a população e construir novos conhecimentos, sem interesse de lucro.
4. Os trabalhadores dos HU estão sujeitos a diretrizes federais e têm sindicatos nacionais que os representam. As lutas e os avanços delas decorrentes beneficiam os servidores de todos os estados.
5. Mantém vivo o sonho e a luta pelo SUS 100% estatal, de qualidade, sob a administração direta do Estado e autônomo em relação ao capital.
6. O servidor tem vínculo com o RJU e ingressa por concurso público, com estabilidade e condições de lutar pelos seus direitos e pelo futuro do SUS.
7. A porta de entrada dos usuários é 100% pública.
8. A pesquisa e seus produtos são de responsabilidade da universidade pública.
9. O material comprado e a tecnologia criada/desenvolvida por pesquisa sempre serão públicos.
10. A pesquisa e os serviços correspondentes aos direitos sociais nas universidades públicas constituem patrimônio público. É permitido lutar por eles e buscar a melhoria de sua qualidade, das condições e direitos dos trabalhadores e da saúde do povo brasileiro.

COM A EBSERH

1. A universidade e os serviços públicos de saúde atenderão aos interesses de empresários.
2. Os HUs não precisarão se submeter ao controle social do SUS.
3. O lucro dos empresários poderá ser o objetivo central. A saúde do trabalhador e a qualidade da assistência continuarão a ser objetos de preocupação?
4. Os trabalhadores podem ser fragmentados nos seus estados de origem por desigualdades regionais. Haverá dificuldades para realizar uma luta nacional unificada, aumentando a precarização do trabalho.
5. Serão legalizadas as Fundações Estatais de Direito Privado já implantadas ilegalmente em alguns estados, bem como criadas outras modalidades privadas de gestão do SUS.
6. O trabalhador será contratado pela CLT, podendo ser por indicação, e ser demitido a qualquer momento. Terá maiores dificuldades de lutar por seus direitos - Estará empregado no mês seguinte?
7. A porta de entrada será dividida entre quem tem plano de saúde e quem não tem, levando à desigualdade de acesso e rompendo com a universalidade do SUS.
8. Os empresários poderão usar serviços e trabalhadores dos HU para lucrar com as pesquisas ali realizadas, afrontando a autonomia das universidades.
9. Material e tecnologia decorrentes de projetos de pesquisa, ou adquiridos durante a gestão da EBSERH, serão da empresa, podendo ser apropriados pelos empresários ao final do contrato da gestão.
10. A defesa da EBSERH é a mesma das Fundações Estatais de Direito Privado, escancarando a contrarreforma do Estado em curso. Entrega-se os serviços públicos aos empresários, por meio da EBSERH, privilegiando o lucro em detrimento da qualidade da assistência, da saúde do povo e dos direitos dos trabalhadores da saúde.

Fonte: Adufes

Regimento

Novo estatuto da Ufam deve ser concluído somente em 2013

Foto: Anderson Vasconcelos



O professor Tomzé Vale (no centro) é membro da Comissão Executiva de Processo Estatuinte (Cepe)

Estagnado desde 12 de novembro de 2011, quando foi realizada a última plenária do Congresso Universitário Estatuinte, o novo estatuto da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) continua sem uma data precisa para ser finalizado. A informação é do professor Tomzé Vale, membro da Comissão Executiva de Processo Estatuinte (Cepe).

O motivo do atraso na conclusão do documento, de acordo com Tomzé Vale, é que os dois últimos capítulos do estatuto ainda precisam ser discutidos pelos delegados indicados pelo congresso. “No primeiro evento ‘esticamos’ mais um dia e mesmo assim não deu para terminar. Precisamos finalizar, realizando uma segunda plenária

de discussões sobre as propostas”, explicou. De acordo com o membro da comissão, a Cepe encaminhou, em maio, ao Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, um rela-

Com as discussões paradas desde o ano passado, Conselho Universitário ainda não tem data para a segunda plenária de discussões da Estatuinte

tório apresentando as propostas já discutidas no congresso e solicitando uma nova data para a segunda plenária. “Nem a reitoria nem o Consuni se manifestaram em relação a esse assunto. Mesmo com a greve, tínhamos condições de ter finalizado a Es-

tatuinte. Ficamos sabendo que o relatório foi enviado para os conselheiros somente em setembro, ou seja, estamos muito atrasados”, disse.

Na previsão do professor, o novo estatuto deverá ser concluído somente no próximo ano. “O mês de novembro será de transição de período, provavelmente a segunda plenária deve acontecer só em dezembro, até voltar para a votação no Consuni, chegaremos a uma conclusão somente em janeiro”, disse.

Até o fechamento desta edição, a assessoria de imprensa da Ufam informou que ainda não tem data para a próxima reunião do Consuni e não confirmou se a Estatuinte estará na pauta.

Estatuto da Ufam há dez anos sem reformulação

Há uma década o Estatuto da Ufam não é reformulado, o que o configura como defasado, segundo Tomzé Vale. “Muitas coisas dentro da universidade mudaram, bem como a forma de fazer pesquisa, ensino e extensão no Brasil. O estatuto é que dá todo o direcionamento de como a Ufam deve proceder em todos os aspectos de sua gestão”, explica.

As propostas para o novo estatuto são discutidas por representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil e depois encaminhadas para o Consuni. O último congresso da Estatuinte contou com um corpo de delegados composto de 50 técnicos administrativos em educação da Ufam, 45 docentes, 44 estudantes e dois representantes da sociedade civil. Com exceção da última categoria, que foi selecionada através de edital público, os demais representantes foram escolhidos por meio de votação ou indicação das 19 unidades acadêmicas da Ufam e nas Comissões de Base, ao longo de quase um ano.

A sociedade civil teve o menor número de inscritos como delegados. Para a categoria, foram disponibilizadas 15 vagas, porém somente duas entidades se inscreveram atendendo aos prazos e critérios do edital.

Para mostrar o seu posicionamento durante o Congresso, bem como as suas propostas de alteração e inclusão no novo Estatuto da Ufam, a Adua apresentou um documento chamado “Caderno da Estatuinte”, onde estão contidas as sugestões que a entidade, em acordo com seus associados, definiu e formatou em um único texto.

Com dez capítulos, o “Caderno da Estatuinte” é fruto de estudos e reuniões realizadas pelos membros da diretoria da Adua e do Conselho de Representantes de Unidades (Crads), realizadas de janeiro a outubro de 2011. O documento está disponível no site da Adua (www.adua.org.br).



Congresso Universitário Estatuinte, em novembro de 2011



Seminário Estatuinte Universitária, em abril de 2011

15 de outubro

Docentes refletem sobre o que comemorar no Dia dos Professores

Nacionalmente festejado no dia 15 de outubro, o Dia do Professor como toda data comemorativa induz a reflexão. Ao pensar sobre a atual condição dos docentes no Brasil, a conclusão é de descaso e desmoralização. Anos atrás desfrutando de respeito, a categoria docente brasileira hoje tem sofrido ataques constantes tanto de ordem moral quanto à carreira. Como defesa a essas ameaças, os professores federais dos quatro cantos do País têm se organizado para lutar pelos seus direitos. A maior greve da categoria, ocorrida neste ano, foi um dos resultados dessa “guerra” que não terminou. Muitas batalhas ainda precisam ser travadas.

Para a professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e 2ª secretária da Adua, Ana Lúcia Gomes, apesar de notar o descaso do governo e de parte da sociedade, ressalta que “todo bom profissional antes de o ter se tornado, passou pelas mãos de um professor”. Ela comenta ainda que o professor é o grande agente do processo educacional, que desde os primórdios da cultura grega, se encontra em uma posição de importância vital para o amadurecimento da sociedade e a difusão da cultura. “Acredito que, na atual conjuntura, esclarecimento é o que a população necessita e, portanto, somos profissionais importantes em uma sociedade democrática”.

Na opinião de Ana Gomes, uma política de valorização é o que falta para a categoria atrair profissionais capacitados e comprometidos. “A valorização salarial é imprescindível para que as universidades possam atrair docentes cada vez mais qualificados, devemos oferecer salários compatíveis com o investimento feito na formação docente e condições dignas de trabalho para o professor. Se não tivermos um piso sala-



rial compatível, não conseguiremos manter a qualidade da universidade pública”, afirmou, acrescentando que “educação de qualidade se faz com esforço, comprometimento e responsabilidade e, isto, não é responsabilidade só do governo”.

Problemas

O ensino no País vem sendo tratado de forma voluntarista, segundo o 1º

Tesoureiro da Adua e professor da Faculdade de Estudos Sociais (FES) Raimundo Nonato Pinheiro. “Não houve no passado, como ainda não há no presente, por parte do governo brasileiro, decisão estratégi-

ca no sentido de apontar os rumos para a educação do País”. Um resultado dessa falta de investimento nesse setor é a necessidade de “importar” profissionais. “Nesta era de globalização, comparando o

“Acredito que na atual conjuntura, esclarecimento é o que a população necessita e, portanto, somos profissionais importantes em uma sociedade democrática”, professora Ana Lúcia Gomes

Brasil aos demais países pertencentes ao chamado Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o País aparece em último lugar em qualquer forma de avaliação que se faça. Estamos importando mão de

obra qualificada”, disse.

De acordo com Pinheiro, dar preferência à “educação globalizada” é o que vem deixando o País para trás. “Falta diretrizes, um programa e um currículo nacional, do qual o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) vive à míngua, por exemplo, bem como falta parâmetros e currículos locais, sem falar na desestruturação dos equipamentos: bibliotecas, laboratórios, salas de aula, etc. e do prestígio da carreira dos professores, que são tratados como operários do ensino, no pior sentido”. Segundo ele, os problemas na categoria afugentam os pretensos profissionais. “Com baixos salários, carga de trabalho escorchante, falta de investimento em reciclagem e salas de aula entupidas de alunos, gerando doenças profissionais tais como síndrome do pânico, depressão e outras que atacam o físico e a mente, assim não há quem queira se aventurar nessa outrora digna profissão”.

No outro lado, o professor da Faculdade de Educação (Faced), Jacob Paiva, salienta os pontos positivos de ser uma docente em uma instituição pública. “No espaço universitário público, temos mais possibilidades de viver a ideia do professor como educador, como intelectual, como dirigente, ou seja, alguém eticamente comprometido com uma visão de mundo, promovendo a socialização da cultura existente e a produção de novos conhecimentos”, disse. Segundo ele, é nesse espaço onde existe mais liberdade para definir as opções epistemológicas e ideológicas. “O maior desafio tem sido o de manter esse espaço e consolidar o projeto acadêmico defendido pelo movimento docente organizado no Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)”.

Foto: Anderson Vasconcelos

Primeiro presidente da história da Adua recebeu homenagem no dia 15

Às vésperas de completar 76 anos e com um espírito incansável na defesa dos direitos humanos, das políticas sociais e da educação pública de qualidade, Osvaldo Coelho segue inspirando gerações de professores. O docente aposentado e primeiro presidente da Adua foi o homenageado pelo sindicato no Dia dos Professores.

Coelho recebeu uma placa comemorativa “pela dedicação à luta em defesa da valorização do Magistério e da Universidade Pública”. A entrega foi feita pelo presidente da Adua, José Belizario, durante Assembleia Geral que antecipou a comemoração

do Dia do Servidor Público e aniversário da Adua, celebrados no dia 28 de outubro.

Sem vaidade, o docente agradeceu pela homenagem e ressaltou que a mobilização continua. “Agradeço aos professores que continuam lutando pelos nossos direitos, pela sociedade, pelos nossos amigos e parentes, para que possamos ter uma universidade competente, gratuita, de qualidade e capaz de atender aos anseios da população da nossa região”, afirmou emocionado.

“Durante esse período da greve é que passei a trocar uma ideia com ele, que continua sendo um exemplo para nós”, decla-

rou o professor Welton Oda, do Instituto de Ciências Biológicas. Já o professor aposentado José Humberto Michiles foi enfático ao falar do homenageado. “Quando eu vejo esse homem, mais me estimulo a participar do movimento docente!”.

O professor Osvaldo Coelho é formado em Filosofia (1964) e em Direito (1972), pela Ufam, e é Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979). Foi o primeiro presidente da Adua, assumindo a gestão em 1979. Atualmente é militante do movimento “Educar para a Cidadania”.



Professor Osvaldo Coelho durante homenagem na sede da associação

Alerta

Professores lutam contra projetos d

Depois de uma greve de quatro meses, marcada pela postura intransigente do governo e nenhuma resposta às justas reivindicações dos professores federais – a reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho –, os docentes continuam a luta em defesa da universidade e dos servidores em outra esfera: agora no Congresso Nacional. A categoria segue alerta contra projetos de lei (PL) que ameaçam a carreira, ferindo, inclusive, direitos básicos dos trabalhadores, resguardados pela Constituição Federal, como o de manifestar-se contra o sistema estabelecido. Por isso, os professores concentram esforços para impedir que três PLs sejam aprovados, na íntegra, na Câmara e sigam para o Senado Federal.

Um dos mais danosos é do PL 4368/12, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A proposta legislativa aguarda parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, para seguir tramitando na casa parlamentar. O PL, apresentado pelo governo federal no dia 31 de agosto de 2012, tramita em regime de prioridade e está sujeito, desde o dia 25 de setembro,

à apreciação conclusiva das comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na avaliação da categoria, o projeto aprofunda a desestruturação da carreira, desrespeita a autonomia universitária e fere os princípios político-conceituais defendidos pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). O PL apresenta vícios logo no artigo 1º, mais especificamente no inciso II, quando propõe a criação de “Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior”. No entendimento da entidade, tal proposição divide ainda mais o quadro docente, criando ambiguidade entre duas figuras de professores titulares com características e formas de ingresso distintas. Além disso, a questão abre precedentes para litígio jurídico.

Para minorar os danos que seriam causados à categoria, o Andes-SN propõe a supressão de todos os tópicos do PL referentes à expressão “cargos isolados”, que aparece em vários artigos do projeto. “Com a criação desses cargos distintos, poucos professores chegarão ao topo da carreira. E quanto menos docentes chega-



Em AG, realizada em setembro, docentes queimaram o PL 4.368/2012

rem lá, menor será o gasto do governo com a folha. Essa é uma forma de economizar com a carreira docente e com a educação pública”, criticou o professor da Faculdade de Educação e integrante do Comando Local de Mobilização (CLM), Jacob Paiva.

“Por isso, muitos docentes são empurrados a aumentar o salário com venda de serviço, com bolsas de projetos, sem considerar que esses penduricalhos não serão somados à aposentadoria”, complementou Paiva, afirmando que essa lógica do gover-

“Algemas”

Regras propostas para ‘Lei da Greve’ limita direitos dos servidores federais

Na tentativa de inibir a atividade de greve no funcionalismo público, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que impõe regras para essa atividade, tida até então como um direito legítimo do trabalhador. Enquanto a discussão não é travada no Congresso, os servidores precisam estar alerta para evitar futuros prejuízos aos seus direitos. O que motivou o “gás” do Executivo em tentar aprovar o Projeto de Lei Suplementar (PLS) 710/2011, da “Lei de Greve”, foi as paralisações que eclodiram no Brasil, em 2012, em diversos segmentos.

Muitos encerraram a greve e aceitaram as propostas do governo, somente após sofrerem ameaças de “corte de ponto”. Em alguns casos, isso até ocorreu. No caso dos professores, a greve foi suspensa quando representantes dos ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a mando da presidente Dilma Rousseff, deixaram a mesa de negociações e impuseram uma proposta, que amplia a desestruturação da carreira.

A retomada do PLS, de autoria do



senador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aloísio Alves, se insere justamente no quadro da maior greve dos docentes e de mais 30 categorias dos servidores federais, segundo o professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam, Antônio Neto. “Parece uma medida preventiva do governo que, atento a conjuntura internacional, percebe o grande ascenso dos servidores públicos em vários países europeus. Esses governos, em meio a crise mundial, estão aplicando planos de austeridade, que atingem os direitos dos trabalhadores, cuja resposta são greves e ações de massas nas ruas das cidades

europeias”, disse.

Polícias

A maior rigidez da lei deverá ser com as polícias Federal e Rodoviária. A vontade da presidente é que o projeto até proíba o direito de greve dessas categorias. A presidente anunciou que vai privilegiar as Forças Armadas no comando da segurança dos grandes eventos que vão ocorrer no País, como as copas das Confederações e do Mundo, e as Olimpíadas. O governo quer disciplinar os servidores para não ser surpreendido durante esses eventos, de acordo com o professor Neto.

A “ira” da presidente foi notada, nos últimos meses, em que 40 categorias entraram em greve. No mês de julho, Dilma Rousseff assinou decreto que autorizava a substituição dos servidores federais, que atuam nos portos (auditores fiscais e Agência Nacional de Vigilância Sanitária), por profissionais estaduais de carreiras similares. Depois disso, entrou com ações na Justiça para garantir a prestação de serviços básicos à população. O último ato do Executivo

O que muda se o PLS 710/2011 for aprovado

ANTES

Se as pautas não forem atendidas no processo de negociação, os trabalhadores podem protocolar, no prazo mínimo de 72 horas, o comunicado de paralisação;

Os grevistas devem manter funcionando 30% dos serviços considerados inadiáveis (vida, saúde ou segurança);

A paralisação representa uma “suspensão de contrato” e os dias parados entram no processo de negociação entre as partes.

DEPOIS

Os servidores terão que comunicar 15 dias antes a sua intenção de paralisar;

Os percentuais de funcionamento dos serviços sobre para 60% a 80%, dependendo dos setores;

Os servidores em greve só terão direito de receber 30% dos seus salários.

foi o corte do ponto de 11,4 mil funcionários. Esses trabalhadores não receberam no dia 1º de setembro e terão a recomposição gradativa do vencimento, somente quando compensarem a carga horária.

e lei que desestruturam a categoria

no é firmemente combatida pelo sindicato. “É o atrelamento do fazer acadêmico a interesses próprios do mercado e da produtividade empresarial”, arrematou.

O Andes-SN e a Adua defendem a carreira única para os docentes das Instituições Federais Ensino (Ifes), valorizando a titulação e a experiência profissional acumulada pelo professor ao longo de sua vida acadêmica, essencial para o desenvolvimento da ciência e para a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. “A proposta defendida tem apenas um cargo e os degraus entre níveis de vencimento são distribuídos de forma homogênea. A progressão passa pela avaliação do trabalho docente, no âmbito das Ifes, em respeito ao princípio da autonomia”, diz trecho de carta encaminhada pelo Sindicato Nacional aos parlamentares.

Mas, no texto do PL, o governo sustenta uma carreira de Magistério Superior composta por um total de 13 níveis de vencimentos distribuídos em cinco classes de professor: auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular, que aparecem respectivamente como DI, DII, DIII, DIV e Titular, no caso da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT),

que concentra os docentes dos institutos tecnológicos, como o Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

Na tentativa de corrigir algumas distorções, principalmente quando trata-se dos docentes já aposentados e mesmo de pensionistas, que perderam direitos quando foi criada a classe de professor associado, o Andes-SN também sustenta que esse “grupo” seja enquadrado “da mesma forma que os ativos, resguardada a equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira em vigor na data da sua aposentadoria”, em acréscimo ao artigo 4º do PL.

Para o Andes-SN, a estruturação do Plano não pode atentar contra as vantagens adquiridas da Lei e das decisões judiciais. Dessa forma, a entidade sugere um parágrafo único, no artigo 6º, no qual “ficam resguardados todos os benefícios, direitos, garantias e vantagens pessoais adquiridos anteriormente pelos ocupantes de cargos das carreiras no Plano estruturado por esta Lei, inclusive aposentados e pensionistas, decorrentes de norma em vigor à época de sua concessão ou de decisão judicial, garantindo-se, para todos os efeitos, a irredutibilidade remuneratória”.

Progressão e Promoção

Quanto ao desenvolvimento na carreira de Magistério Superior, o PL apresentado pelo governo estabelece, entre os critérios para progressão, “aprovação em avaliação de desempenho”, sem deixar claro à categoria a quem caberá a responsabilidade de aplicar tais avaliações ou ainda quais metodologias serão utilizadas. Para completar, ainda vincula as diretrizes gerais a atos do Ministério da Educação (Mec) e do Ministério da Defesa.

Por essa razão, nesse quesito, o Andes-SN propõe que a avaliação seja “realizada no âmbito institucional considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a contextualização social, as condições concretas em que se dá o trabalho, a diversidade de práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento”.

Diferente da ideia do governo, a proposta do sindicato respeita as características do trabalho acadêmico e a autonomia universitária. “Do jeito que segue, o PL fundamentalmente retira das ‘mãos’ da universidade a definição de critérios de avaliação de desempenho docente, contrariando a

tese da autonomia financeira, didática, acadêmica, resguardadas no artigo 207 da Constituição Federal”, destacou Paiva. Para o Andes-SN, tais critérios devem ser estabelecidos, em regulamento próprio, por cada uma das Ifes.

Tramitação

Até o fechamento desta edição, o projeto já havia recebido 76 emendas, 27 delas do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ). Além da CTASP, o PL vai passar pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC), Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Desde que o PL 4.368/12 começou a tramitar só foi realizada uma sessão com quórum, o que dará mais tempo para que o Andes-SN busque ampliar o apoio entre os parlamentares. “Alguns deputados já apresentaram emendas”, adianta Schuch. Cada comissão terá o prazo de até 20 sessões com quorum regimental para discutir e votar o PL 4.368/12. Depois disso, o PL será enviado para o Senado Federal, sem precisar passar pelo plenário. Cabe lembrar que o governo fará de tudo para aprovar o projeto sem alterações.

Vigilância

PL 4.372/12 fere princípio constitucional da autonomia universitária

Mesmo contrariando o artigo 207 da Carta Magna, que assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, o governo federal submeteu ao Congresso Nacional, também em regime de prioridade, o PL 4.372/12. O projeto de lei, apresentado ao legislativo no dia 28 de agosto – mesma data do PL 4.368/12 – cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), com a finalidade de supervisionar e avaliar os cursos e as instituições de Educação Superior do sistema federal de ensino.

A proposta de criação da autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, aguarda parecer na Comissão de Educação e Cultura (CEC), para seguir tramitando até chegar ao Senado. Antes disso, porém, o PL precisa ser apreciado, de forma conclusiva, pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara. Até o dia 18 de outubro, prazo para envio de propostas ao projeto parlamentar, foram apresentadas 81 emendas.

De acordo com o PL, compete ao In-

saes estabelecer procedimentos para a aplicação das normas relativas à sua área de competência, observando as diretrizes do Mec. A proposta do governo não deixa claro quais critérios a autarquia irá utilizar para proceder com as avaliações, condição que vem sendo repudiada pelo movimento dos professores federais. “Por si só o PL vai retirar a autonomia das universidades, assegurada pela Constituição Federal. Além disso, é um projeto que segue na contramão do processo democrático pelo qual os movimentos sindicais têm defendido e lutado tanto. Isso sem contar os critérios, que continuam obscuros”, avalia o presidente da Adua, José Belizario.

Outra questão levantada pela categoria é o fato de o PL conferir a esse instituto o poder de supervisionar as Instituições Federais de Ensino (Ifes) quanto à indução de melhorias dos padrões de qualidade das universidades, mesmo sem o

governo oferecer condições mínimas de trabalho aos professores e técnicos administrativos. Ao contrário, nos últimos anos, a precarização das Ifes só tem aumentado desde a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007. A luta por melhores condições de trabalho foi uma das reivindicações dos docentes, durante a greve realizada neste ano.

Quanto à estrutura básica e direção, o PL prevê que o Insaes disporá, em sua estrutura regimental, de um Conselho Consultivo, cuja composição e competências serão estabelecidas em regulamento ainda desconhecido. “Certamente esse conselho será formado por pessoas, grupos e até instituições que fazem parte da base do governo e desconhecem as especificidades de cada universidade”, afirmou Belizario.

O projeto ainda “garante” ao Insaes penalizar as Ifes com desativação de cursos e habilitações, redução do número de vagas autorizadas, suspensão tempo-

rária de prerrogativas de autonomia da instituição, reclassificação da categoria administrativa da instituição e até descredenciamento institucional, bem como advertência aos dirigentes e representantes legais das instituições, chegando mesmo à suspensão ou aplicação de multa, que pode variar entre R\$ 5 mil a R\$ 500 mil.

Para o presidente da Adua, o PL 4.372/12 é mais uma tentativa do governo de impor medidas anticonstitucionais e antissindicais, como fez recentemente ao assinar acordo, durante a greve, com uma entidade que não representa a categoria, a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes).

O docente avalia que é dever da categoria lutar para que as atuais metodologias de avaliação sejam mantidas, por meio das quais os processos devam passar pela análise dos conselhos departamentais até o Conselho Universitário, que tem a decisão final. “Isso faz parte da autonomia da universidade, conquistada ao longo de tantos anos de luta. Nós vamos fazer de tudo para combater esse tipo de atitude por parte do governo federal”, assegurou Belizario.

Vai retirar a autonomia das universidades asseguradas pela Constituição (...) é um projeto que segue na contramão do processo democrático

Artigo

Você e seu voto: 2014 começa agora!

Welton Oda

“Pensar só em si e no presente é uma fonte de erro na política” (Jean de La Bruyère).

Você se considera uma pessoa pública? Esta pergunta pretende remeter a uma reflexão pessoal, já que, para os gregos, por exemplo, opunha-se ao conceito de “homem público” o de idiota, ou “sujeito privado”.

(pausa para reflexão)

Quanto tempo despendemos com atividades sociopolíticas? Que atitudes adotamos para contribuir com a melhoria do saneamento básico, da saúde pública, do sistema de transporte coletivo ou da educação (ainda que seja na escola em que estudam nossos filhos)? Que tipo de relação temos com nossos vizinhos e colegas de trabalho?

Constitui queixa frequente (e não descabida), por exemplo, a falta de opção, de bons candidatos nas eleições. A que se deve esta falta de boas opções? O que temos a ver com isso? O que podemos fazer para mudar este quadro? Para falar sobre isso, ao invés de adotar o caminho romântico, de decantar aquela sociedade ideal, mas inexistente (utopias), falemos do mundo concreto, das pessoas comuns, de carne e osso, próximas a nós e que, com suas ações, transformaram seu próprio contexto (heterotopias).

É fato que o poder econômico de corporações privadas é um monstro que consegue comprar a maioria das vagas em nossos legislativos municipais, estaduais e federais, mas, há exceções. Em Natal, por exemplo, a Professora Amanda Gurgel, que leciona Língua Portuguesa numa escola da rede pública e tornou-se bastante conhecida graças a um pronunciamento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, assistido por mais de dois milhões de pessoas na página do “Youtube”, foi eleita vereadora. Candidatando-se pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), obteve votação consagradora, a maior da história da capital potiguar. Elegeu-se com mais de 30 mil votos e garantiu ainda, com esse recorde, a eleição de outros dois vereadores. No professorado manauara, dignas de menção são as votações do Professor Bibiano (Partido dos Trabalhadores - PT), eleito vereador com 4.326 e os expressivos resultados dos Professores Jivaldo da Silva (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), que obteve 1.762 votos e Edmilson Lima (PT), com 1.232 votos, obtidos a partir do engajamento voluntário de cidadãos, que compartilhavam dos ideais encarnados



nestas candidaturas populares.

Menos conhecida é a trajetória do “peão de obra”, operário da construção civil paraense Cléber Rabelo, eleito vereador em Belém, pelo PSTU, com quase 4.700 votos e cujo diferencial foi o fato de que seus cabos eleitorais, ao invés de militantes pagos, foram companheiros de trabalho e de partido. Estes, conhecendo a trajetória política de Cléber, apoiaram, com entusiasmo, sua candidatura, enfrentando sol e chuva para divulgar suas propostas pelas ruas da capital paraense.

Para aqueles que não são dados a esta militância político-partidária, emblemático é o caso de uma candidatura manauara ligada ao bairro de Petrópolis. Refiro-me a esta, em particular, por envolver também outro importante segmento social: o cidadão comum, o morador do bairro. Sob a coordenação de um núcleo

político, o “Núcleo do PT de Petrópolis”, inicialmente às dezenas e, após cerca de três décadas de intensa discussão e ação política transformadora, milhares de moradores, que financiaram e apoiaram a vitoriosa candidatura do vereador Waldemir José, hoje consolidada também em outros bairros de Manaus. Em 2012, na segunda legislatura consecutiva, este mandato popular obteve mais de 4.500 votos.

Vale ressaltar que, neste caso, não estamos falando aqui do ilusório assistencialismo praticado por oportunistas endinheirados, mas de ações diretamente planejadas e executadas pela coletividade, por cidadãos comuns que, ao longo deste período, com seu próprio esforço, organizaram biblioteca e pré-vestibular comunitário, envolveram-se em lutas pela melhoria das condições infraestruturais do bairro e de toda a cidade, estiveram presentes em conselhos tutelares e outros fóruns deliberativos populares, etc.

Neste sentido cabe perguntar novamente: por que será que temos tão poucas opções para votar? Talvez, porque à exceção de raros casos, como o do referido bairro manauara do Petrópolis, faltam indivíduos e coletividades engajadas em projetos transformadores. Faltam candidatos de base popular e sobram candida-

tos de empreiteiros, indústrias, laboratórios farmacêuticos. Falta ação política do cidadão comum que, mais do que vítima, é cúmplice desse modus operandi.

Obviamente não estou propondo responsabilizar ou isentar os mais pobres que aceitam a corrupção passiva. Tampouco isentar a classe média, quer por sua apatia generalizada, quer por sua cumplicidade criminosa com os candidatos da burguesia.

É fato que o poder econômico de corporações privadas é um monstro que consegue comprar a maioria das vagas em nossos legislativos municipais, estaduais e federais.

Para atuar politicamente o cidadão precisa de condições materiais objetivas que garantam tempo, disposição e infraestrutura mínimas. Quem ainda não dispõe delas não pode se vitimizar, precisa conquistá-las. Quem já dispõe... Tá esperando o que, mermão???

Welton Oda é professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Entrevista com José Belizario

“A Adua somos todos nós”

Eleito como presidente da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), para o biênio 2012-2014 com a chapa “Resistência, participação e conquistas”, o professor José Belizario fala ao jornal da Adua como é assumir a entidade após uma greve histórica de quatro meses, que está suspensa. Licenciado, bacharel e mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o docente atua desde 2003 no movimento sindicalista. A partir de 2007, passou a atuar como professor na Ufam e a participar das ações da Adua. A aproximação com a entidade deu-se durante o período de greve, iniciado em 17 de maio de 2012, quando compôs o Comando Local de Greve (CLG).

Como é assumir a Adua com uma chapa criada durante a paralisação nacional dos professores?

Eu, particularmente, jamais pensei em assumir um cargo na diretoria da Adua, muito menos a presidência. A questão é que a chapa surgiu quase que naturalmente, fruto de uma indicação democrática do Comando Local de Greve no período de eleições. Fizemos reuniões e os nossos nomes foram sugeridos para os específicos cargos. Isso é muito interessante porque esse comando foi formado, em grande parte, por professores que não tinham uma ligação direta com as atividades da Adua. Muitos, como eu, participam das assembleias, o que é de extrema importância, afinal, a Adua somos todos nós. Mas, só a partir da greve, que passamos a estar ativamente ligados ao movimento. Então, estamos assumindo a diretoria com membros mobilizados e com o mesmo espírito de coletividade adquirido durante a paralisação nesses últimos quatro meses.

O que significa encabeçar a diretoria da Adua após uma greve histórica, por mais de quatro meses?

Isso trouxe como consequência um cenário da Ufam favorável para formação política do professor para a concretização das nossas reivindicações. Tivemos assembleias lotadas e vamos manter nosso calendário de atividades porque a greve não acabou, está apenas suspensa, e a comunidade acadêmica precisa entender isso. Estamos mobilizados em todo o País, a luta vai continuar.

Quais os principais desafios da nova diretoria da Adua?

Nosso maior desafio é nos mantermos mobilizados, mesmo com a suspensão da greve, realizando atividades com a participação maciça de professores, técnicos e alunos. Vamos continuar enfrentando as medidas do governo que desestruturam a categoria. Para fortalecer isso, queremos

ampliar o número de filiados para ganhar mais força na questão política e também gerar mais receita para as atividades da Adua. Um dos desafios será integrar mais o campus de Manaus com os campi de Itacoatiara, Coari, Humaitá, Benjamin Constant e Parintins; no momento atual, temos apenas um professor do campus de Parintins fazendo parte da diretoria executiva. Precisamos atualizar o Estatuto da nossa entidade e ampliar a representação dos campi do interior na diretoria. Queremos fazer a eleição do Crad (Conselho de Representantes das Unidades) nos campi do interior e nas unidades de Manaus. Além disso, teremos como grande meta mobilizar a comunidade acadêmica contra a privatização do HUGV (Hospital Universitário Getúlio Vargas) e fazer com que a Estatuinte da Ufam seja reformulada. O ideal é que possamos construir juntos a Adua com formação política e sindical, com a presença de todo o corpo docente da Ufam, atendendo aos anseios da categoria docente.

Qual a sua avaliação do envolvimento dos professores da Ufam com o movimento sindical atualmente?

A greve deu uma “esquentada” na movimentação dentro do sindicato. Antes da paralisação, tínhamos assembleias com dez, no máximo 15 professores. Esse total aumentou consideravelmente, pois as assembleias passaram a ter, em média, 80 docentes. Chegamos a ter algumas com até 200 pessoas. E essa participação não foi apenas

Foto: Lídia Ferreira



“O ideal é que possamos construir juntos a Adua com formação política e sindical, com presença de todo o corpo docente da Ufam”

quantitativa, no sentido do professor vir para as discussões, foi qualitativa também, do ponto de vista político. Observamos que a maioria estava interessada em participar, em se manifestar, dar a sua opinião, discutir e votar as deliberações. Isso mostra que houve uma mudança sobre a ideia do papel do sindicato, os docentes passaram a enxergar que juntos é que vamos conseguir melhorias para a categoria. A Adua ficou muito fortalecida no período da greve. A prova é que, durante as eleições, muitas pessoas, que não eram sindicalizadas, nos procuraram querendo votar, e isso é uma grande vitória.

Essa mobilização local interfere no cenário nacional?

Com toda certeza. Estive em Brasília no mês de setembro, em reuniões com o Comando Nacional de Greve e na setorial das Instituições Federais de Ensino, após a suspensão da greve e todos ressaltaram como suas seções sindicais se fortaleceram durante e após a greve. Do ponto de vista político, a paralisação fez com que o professor enxergasse melhor os proble-

mas de seu ambiente de trabalho e parasse para ouvir as reivindicações da categoria. E isso não ocorreu só na Ufam, mas em todo o País.

O mês de outubro é marcado pelo Dia do Professor. Temos o que comemorar?

Temos o que comemorar e o que não comemorar. Vou começar pelo positivo. Estamos comemorando a organização da categoria que mostrou estar disposta e atenta; o exercício da solidariedade humana que há nessa categoria; conhecemos uns aos outros e passamos a conhecer mais a universidade durante a greve, o que, às vezes, no cotidiano não temos tempo de ver. Também comemoramos os profissionais altamente competentes, professores que não são produtivistas, mas são produtivos, comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão. Com isso, nós provamos que o servidor público trabalha mesmo nessas condições precárias em que encontramos a Ufam.

E o que os professores não têm a comemorar?

O que não temos a comemorar é a criação de um sindicato “chapa branca”, como é o Proifes (Sindicato de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior), que foi criado pelo governo para dividir, colocar os professores uns contra os outros e que sequer representa 5% da categoria. Mesmo que eles tenham assinado um acordo que quebra a autonomia universitária, podemos reverter esse quadro; depende da força e organização da categoria. Também é vergonhoso o governo criar uma empresa privada para gerir os Hospitais Universitários e a “Lei da Greve” que cerceia os direitos dos trabalhadores, duas medidas de criminalização dos movimentos sociais e anticonstitucionais. Também não podemos comemorar as medidas do governo federal que destroem as universidades, entre elas, a desestruturação da carreira docente e as condições de trabalho degradantes; temos um governo que não atendeu a categoria docente ao longo de quatro meses de greve, alegando que não dispõe de recursos, mas para o ano de 2012 destinou 47,19% de todo o orçamento da união para juros e amortizações da Dívida Pública e apenas 3,18% para a educação. Se todos continuarmos lutando juntos, no futuro teremos um Dia do Professor só de comemorações.



Organização

Foto: Anderson Vasconcelos



Comissão é criada para monitorar pautas locais do sindicato

Uma comissão foi formada, neste mês, para monitorar e atualizar a pauta local do sindicato. O objetivo é buscar melhores condições de trabalho na universidade, uma das reivindicações ignoradas pelo governo durante as negociações com os professores federais, na greve realizada neste ano. Os docentes da Ufam da capital aprovaram a formação do grupo, no dia 15 de outubro, durante realização da Assembleia Geral (AG).

“Essa comissão terá o papel de acompanhar e protocolizar as demandas da categoria junto à administração superior da universidade e verificar o que foi resolvido”, explicou o presidente da Adua, José Belizario. De acordo com o dirigente, os docentes tomarão como base a pauta de 2009 e também o dossiê elaborado pelo professor do Departamento de Ciências Sociais, Luiz Fernando Souza, organizado durante a paralisação e que aborda a falta de condições de trabalho na Ufam.

Além de respostas aos problemas infraestruturais, divulgados durante o movimento paredista, a categoria deve cobrar também da reitoria a implantação de um programa de apoio psicopedagógico voltado para professores, técnicos administrativos e estudantes. “A gente tem a obrigação de olhar não somente para as instalações da universidade, mas há a preocupação com a pessoa, e a nossa saúde faz parte desse processo”, disse o professor do Departamento de Comunicação Social, Gilson Monteiro.

Durante esse fim de ano e início de 2013 os docentes vão implantar formas de ampliação do dossiê a partir dos debates e das demandas apresentadas pelas unidades acadêmicas da capital e do

interior, segundo o professor Jacob Paiva. A expectativa é que a pauta local da categoria seja finalizada no primeiro semestre de 2013. A comissão é formada pelos professores Luiz Fernando Souza, Aloísio Nogueira, Alcimar Oliveira e Gilson Monteiro.

Outra frente de ação da nova diretoria, com o apoio do Comando Local de Mobilização (CLM), é a criação de Grupos de Trabalho (GTs) para discutir os principais temas de interesse da categoria e assessorar os professores durante as tomadas de decisão. Inicialmente, o foco são os GTs “Carreira” e “Política Educacional”. Durante a gestão devem entrar em pauta também os GTs “Formação Sindical”, “Verbas”, “Comunicação e Artes”, “Ciência, Tecnologia e Inovação” e “Seguridade e Aposentadoria”.

Eleição do Crads

Durante a AG, os professores também aprovaram a criação de uma comissão eleitoral para organizar o pleito que definirá a nova composição do Conselho de Representantes da Adua (Crads) nas unidades acadêmicas da Ufam, para atuar no biênio 2012/2014. A comissão eleitoral é formada pelos professores Antônio Neto, Jacob Paiva e Osvaldo Coelho.

Os docentes interessados em participar do processo devem realizar inscrição na sede da Adua no período de 22 de outubro a 12 de dezembro. A previsão é que as eleições ocorram no dia 18 de dezembro, uma semana após o início do calendário letivo 2012/2. “O Crads tem uma função política muito importante na associação, pois será responsável pelo acompanhamento das ações e articulação dos docentes nas unidades acadêmicas”, explicou José Belizario.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/09/2012 a 28/09/2012

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	50.898,36	55.188,11	100,00%
1.1	RECEITAS	44.898,36	44.753,59	81,09%
1.1.1	Contribuição dos Associados	44.243,00	44.392,00	80,44%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	474,06	343,39	0,62%
1.1.3	Receitas com Reprografia	11,30	18,20	0,03%
1.1.4	Comando Local de Greve	170,00	-	0,00%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.000,00	10.434,52	18,91%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	6.000,00	10.434,52	18,91%
2	SAÍDAS	50.329,63	61.410,20	100,00%
2.1	PESSOAL	11.564,76	10.937,60	17,81%
2.1.1	Salários	9.739,76	9.112,60	14,84%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.825,00	1.825,00	2,97%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	4.038,93	5.056,95	8,24%
2.2.1	Contribuição INSS	3.106,32	3.877,51	6,31%
2.2.2	Contribuição FGTS	772,75	920,07	1,50%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	96,59	115,01	0,19%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	63,27	144,36	0,24%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.500,00	4.210,33	6,85%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais	100,00	100,00	0,16%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,44%
2.3.4	Serviços de Administrativos	-	1.650,33	2,69%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.100,00	960,00	1,56%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.984,00	5.467,00	8,90%
2.4.1	Serviços Gráficos	-	4.200,00	6,84%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Xerox	180,00	23,00	0,04%
2.4.3	Serviços de Confeção de Faixas	560,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.244,00	1.244,00	2,03%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	11.338,99	11.338,99	18,47%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.668,10	8.668,10	14,12%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.284,00	1.284,00	2,09%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	346,72	346,72	0,56%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,17	1.040,17	1,69%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	8.840,27	11.284,37	18,38%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	8.840,27	10.324,37	16,81%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	-	960,00	1,56%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	1.618,00	2,63%
2.7.1	Serviços de Instalação de Enlace de Fibra Optica	-	1.458,00	2,37%
2.7.2	Aquisição de 01 Switch de 24 portas	-	160,00	0,26%
2.8	BENS DE CONSUMO	7.324,59	10.700,14	17,42%
2.8.1	Telefone	204,40	1.201,73	1,96%
2.8.2	Correios/Malotes	1.026,50	-	0,00%
2.8.3	Combustível	320,00	335,00	0,55%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	13,00	70,00	0,11%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	-	13,50	0,02%
2.8.6	Refeições e Lanches	-	46,05	0,08%
2.8.7	Assinaturas de Jornais (Editais Eleições)	-	415,60	0,68%
2.8.8	Despesas com Eventos (Posse da Nova Diretoria)	-	2.168,98	3,53%
2.8.9	Despesas com Eleições/Andes	-	1.009,20	1,64%
2.8.10	Cartuchos e Toner de Tinta	130,00	-	0,00%
2.8.11	Materiais Elétricos	62,00	128,80	0,21%
2.8.12	Cartorio(Cópias/Autenticacões/Certificado Digital)	323,42	-	0,00%
2.8.13	Materiais Hidraulicos	6,99	73,00	0,12%
2.8.14	Assinatura Provedor/Internet	227,37	227,37	0,37%
2.8.15	31 Congresso-Andes, parc.05/07	5.010,91	5.010,91	8,16%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	663,00	663,00	1,08%
2.9.1	Restituições n/mês	663,00	663,00	1,08%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	91,95	133,82	0,22%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	17,19	38,45	0,06%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	74,76	95,37	0,16%
2.11	DESPESAS COM GREVE	983,14	-	0,00%
2.11.1	Telefone	909,14	-	0,00%
2.11.2	Material de Expediente/Limpeza	74,00	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(8.451,37)	(7.882,64)	
RECEITAS		50.898,36	55.188,11	
DESPESAS		(50.329,63)	(61.410,20)	
RESULTADO OPERACIONAL		(7.882,64)	(14.104,73)	
Banco do Brasil S/A C/C		693,09	(5.514,00)	
Aplicação Banco do Brasil		88.144,83	78.015,25	
CAIXA		362,68	42,74	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		89.200,60	72.543,99	

espaço cultural

A rede social Edmodo, uma das 'startups' de educação e tecnologia que mais tem se destacado nos últimos meses, bateu a marca dos 12 milhões de usuários e agora está ampliando sua atuação. "Nosso objetivo é ajudar educadores a aproveitar o poder das mídias sociais para customizar a sala de aula para cada estudante", diz a Edmodo em seu site sobre sua missão. Usando as palavras mágicas "mídias sociais" e "ensino customizado", não é difícil entender a combinação que permitiu esse crescimento entre os atores da educação básica. Apenas no último ano, a rede quadruplicou a base de usuários, chegou a diversos países do mundo. Diferente do que acontece numa rede social normal, a Edmodo é um ambiente tido como "privado e seguro", uma vez que requer que o professor, a escola ou os sistemas de ensino façam um perfil e só então é possível convidar os alunos a participar.

Talentos da Terra

Simone Ávila canta em posse da nova diretoria

Foto: Anderson Vasconcelos

Mais uma vez a cantora Simone Ávila foi a atração musical de uma atividade da Associação dos Docentes da Ufam (Adua). A mato-grossense, erradicada em Manaus há 10 anos, encerrou a cerimônia de posse da nova diretoria da entidade. Com repertório permeado principalmente por sucessos da Música Popular Brasileira (MPB), a cantora embalou os professores, estudantes e técnicos da universidade presentes na festa.

O evento ocorreu no final de setembro, na sede da associação. Eleita com 164 votos, a posse da chapa "Resistência, Participação e Conquistas" foi iniciada a partir das 18h. Já o show da cantora Simone Ávila teve uma hora de duração, das 19h às 20h.

Trajectoria

A primeira performance da artista, em Manaus, ocorreu em 2001. De lá pra cá, ela não parou mais. Foi uma das artistas a gravar um CD – o primeiro da sua carreira – pelo projeto "Valores da Terra". Outro ponto marcante na trajetória da cantora foi a vitória, em 2003, do Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani). Simone Ávila defendeu a música 'Ciranda do Sonho', de Torrinho e Aníbal Beça, dois grandes artistas locais.

Assim como Simone Ávila, outros artistas da terra também já foram escolhidos pelos docentes para participar de encontros, festas e congressos. É o caso dos cantores Paulinho Kokay, Nicolas Junior e Serginho Queiroz. Segundo o presidente da Adua José Belizario, a intenção dos convites feitos a artistas locais é a valorização do talento e da cultura da região. Toda a comunidade acadêmica foi convidada a prestigiar a apresentação.



A cantora foi a atração musical na festa da posse da nova diretoria da Adua, que valoriza os talentos da região

Vale a pena ver



Título original: Gonzaga - De Pai para Filho
Gênero: Drama
País de origem: Brasil
Tempo de duração: 120 minutos
Ano: 2012

"É muita história...", diz Luiz Gonzaga do Nascimento Jr. (1945 - 1991), o Gonzaguinha, a Luiz Gonzaga do Nascimento (1912 - 1989), o Gonzagão, a certa altura do papo-entrevista que levou o filho a acertar as contas emocionais com seu pai em 1981, ano em que o Rei do Baião já parecia destronado de seu poder popular, vivendo melancólico em sua terra natal, Exu, cidade do interior de Pernambuco. Sim, tem muita história envolvendo Gonzagão e Gonzaguinha, pai e filho separados por divergências nas esferas pública e privada, mas o filme 'Gonzaga - De Pai pra Filho' acerta ao seguir basicamente o roteiro das terras onde passou o velho Lua. As tensões entre pai e filho pontuam e costuram a narrativa - estruturada em flashback a partir do reencontro retrospectivo de Gonzagão e Gonzaguinha naquele ano de 1981 que culminaria com a primeira turnê dos artistas - mas o roteiro preciso de Patrícia Andrade percorre basicamente os sertões e as recordações deixadas por Luiz Gonzaga em sua folhetinesca vida de viajante. A direção de Breno Silveira caminha segura por essas trilhas sertanejas, já pisadas quando o cineasta contou a história dos 2 Filhos de Francisco (2005), cinebiografia de Zezé Di Camargo & Luciano, que ultrapassou os cinco milhões de espectadores por conta do mesmo apelo emocional, que ronda a história humana de Gonzaga e Gonzaguinha. No confronto entre pai e filho que costura o roteiro, os diálogos adquirem em certos momentos tom novelesco condizente com o caráter folhetinesco dos fatos que envolvem as vidas de ambos. "Nunca te deixei faltar nada", alega Gonzagão num dos momentos culminantes da discussão. "Faltou você", retruca Gonzaguinha. A dúvida sobre a natureza biológica do laço entre Gonzagão e Gonzaguinha - questão levantada, mas não desenvolvida, pelo filme - reforça esse clima de folhetim. Mas o filme jamais apela para as emoções baratas. Tal como fez em 2 Filhos de Francisco, Breno Silveira apenas se deixa levar por uma grande história, filmada com apuro, sem recursos estilísticos que poderiam empanar o brilho dessa história. Mesmo sem caráter didático, o filme mostra como Gonzaga partiu de Exu (PE) para Fortaleza (CE) e, depois, para o Rio de Janeiro (RJ) em rota que o levaria ao sucesso nacional tão logo sintetizasse a batida do baião. Os passos fundamentais da trajetória artística de Gonzagão estão reconstituídos no filme. Já a caminhada de Gonzaguinha para o estrelato jamais vira o foco principal da narrativa. Havia muita história para contar e o roteiro de Patrícia Andrade, vale repetir, acerta ao priorizar a saga de Gonzagão em filme que estreia a tempo de festejar o centenário de nascimento do Rei do Baião.

Mauro Ferreira é jornalista e crítico carioca especializado em Música.

Vale a pena ler



Leonardo Boff

Livro: Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes.
Autor: Muniz Sodré
Editora: Vozes
Nº de páginas: 279
Valor: R\$ 45

Muniz Sodré, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é alguém que sabe muito. Mas o singular nele é que, como poucos, pensa sobre o que sabe. Fruto de seu pensar é um livro notável que acaba de sair: Reinventando a educação.

Nesse livro procura enfrentar os desa-

fios colocados à pedagogia e à educação que se derivam dos vários tipos de saberes, das novas tecnologias e das transformações processadas pelo capitalismo. Tudo isso a partir de nosso lugar social que é o Hemisfério Sul, um dia colonizado e que está passando por um instigante processo de neodescolonização e de um enfrentamento com o debilitado neoeurocentrismo hoje devastado pela crise do Euro.

Muniz Sodré analisa as várias correntes da pedagogia e da educação desde a Paideia grega até o mercado mundial da educação que representa uma crassa concepção da educação utilitarista, ao transformar a escola numa empresa e numa

praça de mercado a serviço da dominação mundial.

Desmascara os mecanismos de poder econômico e político que se escondem atrás de expressões que estão na boca de todos como "sociedade do conhecimento ou da informação". Melhor dito, o capitalismo-informacional-cognitivo constitui a nova base da acumulação do capital. Tudo virou capital: capital natural, capital humano, capital cultural, capital intelectual, capital social, capital simbólico, capital religioso... capital e mais capital.

Leonardo Boff é teólogo, filósofo e escritor.

internacional

A morte de Eric Hobsbawm (1917-2012), fechando a longa trajetória que o habilitou a ser um observador privilegiado e arguto do século 20 (e da primeira década do século 21), pôs em evidência sua popularidade e celebridade – qualidades raras para um historiador erudito e contestatário. Sua tetralogia sobre as Eras – das revoluções, do capital, dos impérios e, finalmente, dos extremos –, o projetou como um autor difundido internacionalmente, do ensino médio às pós-graduações. Foi o primeiro desses livros, “A era das revoluções: 1789-1848”, que fez dele um historiador conhecido por um grande público. Publicado em 1962, o livro é uma erudição histórica que demonstra sua capacidade de dar uma interpretação para o período, utilizando os recursos da história social.

História

Eric Hobsbawm: uma obra insuperável

Reprodução

Por **Francisco Carlos Teixeira**

O grande debate – “uma formidável tempestade”, conforme a expressão do historiador britânico Richard Henry Tawney (1880-1962) – deu-se nos anos entre 1950 e 1980 na historiografia ocidental, sem dúvida alguma o mais profundo e radical, quando iniciou-se a publicação das pesquisas, volumosas, do historiador inglês, Eric Hobsbawm. Este, nascido em Alexandria no Egito em 1917, de origens judias, possui, na sua própria biografia, a dupla característica de um típico homem do “Empire” – as origens, a diversidade social e étnica, os amplos deslocamentos geográficos e, acima de tudo, o cosmopolitismo – com a tradição cultural judia do “fin de siècle” da Europa central. Poliglota, viajante incansável, marxista desde sua juventude, profundamente humanista (embora o pessimismo tenha cobrado um preço bastante forte na sua vida e obra), amante da música e das artes, escritor combativo e aguerrido. Amigo do Brasil, apreciador do “chorinho” carioca, perdemos um grande intelectual, um dos poucos homens com o “coração no lado certo do peito”.

No conjunto das obras sobre o tema – “The Age of Revolution: Europe, 1789-1848”, publicada em 1962; “The Age of Capital: 1848-1875”, de 1975; “The Age of Empire: 1875-1914”, de 1987 e “The Age of Extremes: the short twentieth century, 1914-1991”, de 1994 - esta unicidade é estabelecida com clareza, em contradição direta, e mesmo a definitiva recusa, das tradições historiográficas “whig” (liberal) e “tory”(conservadora) sobre uma pretensa especificidade da história inglesa.

Hobsbawm, militante comunista já em 1931, quando estudava em Berlim – ele se filiará ao Partido Comunista em 1936 – tomará da tradição historiográfica alemã o conceito de “Era”, traduzido para o inglês como “Age”, que marcará, de forma intencional, a unicidade dos movimentos descritos e, ainda, do conjunto da obra do autor. A ideia de “Era” emerge na historiografia alemã com o seu decano Leopold von Ranke (1795-1886), quando publica seu trabalho normativo e seminal “As Grandes Potências” (“Die Große Mächte”), de 1836. Para Ranke “era” é descrita conforme a palavra tomada do francês – a língua culta dos séculos XVIII e XIX – “epoche” (mais tarde, germanizada como “Zeitalter”). A “epoche”, “age”, “Zeitalter” ou “era” descreve um período cronológico que unifica e dota de um mesmo sentido, com um papel definido e um significado estabelecido na História, um conjunto de fenômenos.

Assim, os sucessivos livros de Hobsbawm, se-

guindo a historiografia derivada de Ranke na tradição alemã, constituem-se em uma proposição de periodização da História Contemporânea: Era das Revoluções, Era do Capital, Era dos Impérios, Era dos Extremos. Cada “momentum” na história teria seu valor específico e seu papel estabelecido, num encadeamento dotado de sentido e de conteúdos específicos. Na recusa das tradições anteriores, Hobsbawm segue a noção de uma “História Universal” (ao menos do Ocidente), rejeitando a proposição de História “nacional” (e a constante busca metafísica das “especificidades nacionais” – “Sonderweg” ou da ação de seguidos “gênios” ou “Geist” na História -, com autonomias e especificidades, não comparáveis.

Também aqui a presença de Ranke é marcante, expressa na compreensão da História Contemporânea como uma história derivada da unidade fundamental dos povos do Ocidente, inscrita nas suas origens na decomposição do Império Romano e na emergência – abarcando agora germanos, latinos e eslavos – de uma “Res Publica Christiana”. Na Época Moderna, a grande expansão europeia trará o “Novo Mundo”, esta nova “extrema Europa”, para o conjunto da História e dará ao Atlântico o seu papel de eixo integrador do Ocidente. Assim, apropriando-se de conceitos da historiografia romântica de Ranke, mesmo que Hobsbawm mova-se para um universo

Poliglota, viajante incansável, marxista desde sua juventude, profundamente humanista, amante da música e das artes, escritor combativo e aguerrido. Amigo do Brasil, apreciador do “chorinho” carioca, perdemos um grande intelectual, um dos poucos homens com o “coração no lado certo do peito”

marxista, os ensinamentos da Universidade de Berlim sobre a unicidade fundamental dos povos do Ocidente – e o seu corolário, toda a História é sempre História Universal – marcará a obra de Hobsbawm, assegurando seu cosmopolitismo e a universalidade de valores humanos presentes nos seus trabalhos.

Para o autor – e aqui mais uma vez ele segue a tradição estabelecida na Universidade de Berlim pelo seminário de História dirigido por Ranke – a história é sempre uma história universal, só tem sentido no seu movimento conjunto e todas as épocas são caracterizadas por traços comuns, comparáveis e dotados de um “sentido”. Definir, analisá-los e explicá-los seria, exatamente, a tarefa do historiador.



Nesta direção Hobsbawm rompe, em função da sua visão progressista (e naquele momento ainda otimista), com duas tradições dos seus mestres na Universidade de Berlim. Recusa, de um lado, o historicismo, o fato único, incomparável e sem paralelo, o que impossibilitaria, desta forma, a construção de “princípios” comuns a todos os povos e sociedades e, logo, qualquer abordagem comparativa da história dos homens. Por outro lado, recusa também a história imóvel

de Ranke, a ideia-chave do conservadorismo romântico alemão de que “todas as eras são imediatas a Deus”.

Ora, para Hobsbawm, marxista com profundo conhecimento de Marx, a história, verdadeiramente, se move. Sua obra é a busca da compreensão destes movi-

mentos, definidos como uma sucessão de “Eras” marcadas pela ascensão do capitalismo e o papel revolucionário, depois conservador e até reacionário das suas burguesias. Na verdade, buscando romper com o automatismo do marxismo vulgar – a famosa sucessão de “modos de produção” buscados na “Crítica da Economia Política”, de Karl Marx, de 1859, como vulgata – Hobsbawm propõe “eras” que se sucedem a partir de uma dinâmica histórica centrada no conflito – a emergência da luta de classes dirigida pela burguesia – e do progresso material. O conjunto da obra de Hobsbawm, inscrito na tradição do iluminismo, do liberalismo e do marxismo do século XIX e de boa parte do século XX – é o que chamamos uma “Stufentheorie”, uma teoria de “degraus” ou

estágios.

O primeiro destes “estágios” – as “eras” - descrito em “A Era das Revoluções” é o largo período das revoluções do século XVIII, já analisado por Godechot&Palmer como as “revoluções atlânticas”. Neste caso, Hobsbawm despreza, como fator explicativo e elo de unicidade, o “espaço-tempo Atlântico” – um conceito muito caro da historiografia francesa-, e estabelece nos conflitos e lutas sociais do período, em particular no impacto da emergência das burguesias, o elemento unificante de toda esta “era das revoluções”. Assim, as “revoluções atlânticas”, nomeadas em função do “espaço-tempo” por uma ampla tradição de historiadores – Godechot, Palmer, Mauro, Godinho, etc... – para o marxista Hobsbawm são nomeadas conforme seu conteúdo social e de classe: são as “Revoluções Burguesas”.

Há aqui, entre a tradição da historiografia francesa com o conceito de “revoluções atlânticas” e a emergência, com Hobsbawm, do conceito de “revoluções burguesas” mais consenso do que discordâncias. Em ambos os casos o “espaço-tempo” é o mesmo, somente diferindo a determinação da nomenclatura que recobre o fenômeno, em verdade, a ênfase, em uns autores, na luta de classes e, em outros, no papel das condições da vida material (para retomar uma expressão de Fernand Braudel). Para os franceses, buscando na geografia e no tempo longo os elementos renovadores da história (é o caso do “espaço Mediterrâneo” em Fernand Braudel e do “espaço Atlântico” em Mauro, Chaunu e Godinho) a geografia e suas transformações – pensadas como dinâmica de longo prazo das forças produtivas - determinam e conformam o fenômeno das revoluções do século XVIII. As rotas comerciais, as cidades portuárias, o aperfeiçoamento das técnicas náuticas e das ferramentas financeiras e a expansão de amplas comunidades de comerciantes-empresários em ambas as margens do Atlântico e dos seus mares “interiores” (Mediterrâneo, Mar do Norte, Mar Báltico e os “mediterrâneos atlânticos” como o Caribe e seu comércio triangular e a vertente brasileira e seu comércio triangular no Atlântico sul) são os grandes atores da História entre os séculos XVII e XIX.

Para Hobsbawm, e vários dos seus companheiros, o fulcro da explicação deve residir no seu sentido social: é o seu conteúdo de classes, a ascensão da burguesia ao poder, que determina o caráter das revoluções e que molda esta “era” da História.

Francisco Carlos Teixeira é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Leia o artigo na íntegra no site www.cartamaior.com.br).